

FUNDOS MUNICIPAIS DE CRÉDITO RURAL: POTENCIALIDADES E LIMITES NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Elvio Izaías da Silva¹; Vivien Diesel².

Palavras-chave: agricultura familiar; fundos municipais; transição agroecológica

1. INTRODUÇÃO

A crise do modelo produtivista de agricultura, baseada nos preceitos da Revolução Verde, fez muitos estudiosos do assunto considerar a agroecologia como um novo paradigma para utilização racional dos agroecossistemas buscando a sustentabilidade (GOMES, 2001). Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. Para serem eficazes as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas. Somente políticas e ações baseadas em tal estratégia podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento. (ALTIERI, 2001).

A necessidade de programas de crédito voltados para o financiamento dos agricultores familiares num contexto de transição agroecológica tem sido pauta constante nas discussões das diferentes esferas do poder público responsáveis pela elaboração de políticas. Em documento elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, ressalta-se a importância do crédito integrado a outras iniciativas de políticas e programas de desenvolvimento rural, em que seja considerada a complexidade social, econômica e ambiental na qual está inserida a agricultura familiar (BRASIL, 2004)

Os Fundos Municipais de Crédito Rural (FMCR) foram concebidos como instituições que buscavam atender as necessidades de crédito dos agricultores familiares e potencializar a proximidade do gestor do crédito com seu público-alvo e suas demandas. A flexibilidade permitida pela gestão a partir de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural potencializaria esta capacidade de adaptação. Embora um número significativo de municípios tenha criado estes FMCR, existem poucos estudos sobre eles e o papel que vem assumindo no processo de desenvolvimento rural, justificando-se a realização de uma pesquisa sobre a relação dos FMCR com o processo de transição agroecológica,

¹ Universidade Federal de Santa Maria – Acadêmico de Agronomia - e-mail: elviois@mail.ufsm.br

² Universidade Federal de Santa Maria – Profª Dra. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural

que examina em que medida as preocupações com a viabilização dessa transição estão manifestas como objetivos dos FMCR.

2. METODOLOGIA

A pesquisa parte de levantamento tipo censo dos FMCR nos municípios integrantes do COREDE-Centro/RS, executado no período de agosto a novembro de 2003. A partir deste censo foi feita uma estratificação dos FMCR com base na situação atual (ativo/ desativado/ nunca criado) e desempenho. Com base na estratificação foram selecionados 10 municípios realizando-se nestes entrevista semi-estruturada ao gestor do Fundo e exame dos documentos legais que normatizam o funcionamento do Fundo. Para análise do papel dos FMCR no desenvolvimento rural parte-se do suposto de que as políticas públicas são orientadas por um diagnóstico de situação que define a problemática a ser enfrentada, a estratégia e meios indicados. Assim, foram examinados os objetivos explícitos dos FMCR, constantes nos documentos legais (e secundariamente as observações das entrevistas semi-estruturadas) e, a partir deles, reconstituíram-se os diagnósticos que orientam essa política pública de crédito. A partir deste procedimento foram identificados “tipos de orientação ou papéis” dos FMCR, observada sua frequência relativa e analisadas suas relações com o processo de transição agroecológica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos legais evidenciou que a maioria dos FMCR orienta-se a atender as necessidades de crédito dos “pequenos produtores”. Em geral, atribui-se mais de um papel a cada FMCR, embora seja possível identificar orientações dominantes nos FMCR do COREDE-Centro,RS. Apresenta-se, a seguir, “os tipos de orientação ou papéis” dos FMCR e sua frequência relativa na amostra:

. *O FMCR como instrumento para melhoria do nível tecnológico* - Constatou-se que 9 dos 10 casos estudados partem de um diagnóstico de necessidade de elevação dos índices de produção e produtividade das pequenas propriedades rurais do município como forma de alcançar-se melhoria na qualidade de vida do agricultor ou suficiência de abastecimento municipal. Para melhorar esses índices, consideram que deveriam ser feitos investimentos em tecnologia de modo que o FMCR procura viabilizar os recursos necessários para este investimento. A maioria dos municípios privilegia o financiamento, exclusivamente, para investimentos (não financia custeio).

. *O FMCR como instrumento da promoção da diversificação da produção* - Em 6 dos 10 casos estudados observou-se uma preocupação com a diversificação, remetendo seja as dificuldades enfrentadas pela excessiva dependência de uma única cultura ou criação

(que se encontra decadente), seja pela oportunidade da introdução de “novas atividades produtivas”, de maior potencial econômico. O apoio dado pelo poder público ao processo de diversificação varia, podendo restringir-se ao apoio financeiro (pelo FMCR) ou incluir outras facilidades, com a criação de programas específicos, contando assim com assistência técnica, etc.

. *O FMCR como instrumento da promoção de melhoria na infra-estrutura comunitária* - Em 5 dos 10 casos estudados observou-se um diagnóstico que aponta para carências de infra-estrutura comunitária (e de meios alternativos para seu financiamento). Nestes casos manifesta-se a preocupação com a necessidade de viabilizar, através do FMCR, financiamento à melhorias na infra-estrutura comunitária.

. *O FMCR como instrumento na melhoria da condição de vida e trabalho dos agricultores* - Em 2 dos 10 municípios estudados verificou-se a que os gestores do FMCR internalizaram a preocupação com a melhoria das condições de trabalho dos agricultores, buscando formas de que o FMCR contribuísse para tal propósito. Assim, justificam-se financiamentos a ordenhadeiras, trituradores, etc...

. *O FMCR como instrumento de recuperação e conservação ambiental* - Em 1 município dos 10 estudados, consta na legislação como papel pensado para o Fundo o de apoio a conservação do meio ambiente. No estudo das atas e relatórios do FMCR, verificou-se que este item não foi operacionalizado.

Conforme as análises realizadas observa-se que o apoio aos processos de transição agroecológica não aparece como objetivo explícito dos FMCR. Antagonicamente, as informações coletadas levam a crer que a visão dominante entre os gestores dos FMCR é de que o desenvolvimento rural depende da modernização tecnológica das propriedades. Neste caso adota-se, via de regra, uma noção de desenvolvimento tecnológico baseada no investimento de capital, na utilização de insumos de origem industrial, caracterizando o “modelo de agricultura industrial”. Adotam, assim, a estreita visão dominante que argumenta que causas específicas afetam a produtividade, e que o fator limitante, qualquer que seja, pode ser superado com tecnologias específicas. Essa visão não reconhece e desvia a atenção do fato de que os fatores limitantes são somente os sintomas de um distúrbio mais sistêmico, inerente aos desequilíbrios dentro do agroecossistema (ALTIERI, 2001). A diminuição dos *inputs* no manejo dos agroecossistemas e o uso de tecnologias apropriadas as condições locais são focos da agroecologia como busca da sustentabilidade. (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, 2001; CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

Observa-se maior convergência entre os FMCR e o enfoque agroecológico no diagnóstico sobre a necessidade da diversificação das unidades produtivas. Na agroecologia, a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir auto-regulação e sustentabilidade (ALTIERI, 2001). A diminuição dos riscos inerentes às atividades pode significar, também, uma maior segurança para a economia familiar. Da mesma forma, torna-se relevante salientar o avanço possibilitado pelo atendimento às demandas de melhoria da infra-estrutura comunitária. O crédito rural numa perspectiva de transição agroecológica é visto como instrumento capaz de melhorar as condições de vida do agricultor, gerando também organização social, fortalecimento comunitário de valores, cidadania aos sujeitos dos processos e fortalecimento de suas instituições de representação política e econômica. (CRESOL, 2000)

Dada a estrutura descentralizada de funcionamento dos FMCR, estes apresentam-se como um campo fértil para a disputa das políticas públicas, e, pode-se dizer que as organizações dos agricultores que demandam oportunidades para a transição agroecológica, ainda não utilizam todo o potencial desse espaço de disputa: o Conselho. Pode-se dizer que a incorporação das necessidades não atendidas de movimentos organizados de agricultores agroecologistas poderia resultar num redirecionamento das ações do FMCR. A massificação do enfoque agroecológico via políticas públicas e com o decisivo apoio do Estado em áreas estratégicas (Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Crédito) é talvez a única forma razoável de minimizar a ampliação das contradições tão típicas do sistema capitalista. (CAPORAL E COSTABEBER, 2004)

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3 ed. Porto Alegre: Editora Universidade - UFRGS, 2001. 110 p.
- ARMANI, D. **Agricultura e Pobreza**: Construindo os elos da Sustentabilidade no Nordeste do Brasil. Porto Alegre: Tomo Editorial; Holanda: ICCO, 1998. 240 p.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Pressupostos e diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Crédito Rural para a Agricultura Familiar**. Disponível em < www.cndrs.org.br > Acesso em 01 set. 2004
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Análise multidimensional da sustentabilidade; uma proposta metodológica a partir da agroecologia. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.) **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2004. 312p. p.127-148
- CRESOL. O Microcrédito sustentável e solidário. **Revista Cresol**, Francisco Beltrão, n. 3, p.26-28, fev. 2001
- GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000
- GOMES, J. C. C. Pluralismo epistemológico na transição agroambiental. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. VIII, p.1-33, jan/dez 2001.